



01  
2023

REVISTA

# HISTÓRIAS p ú b l i c a s

UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS





EXPEDIENTE

**Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG**

Reitora: Lavínia Rosa Rodrigues  
Vice-reitor: Thiago Torres Costa Pereira

**Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais - EDUEMG**

EDITOR-CHEFE  
Thiago Torres Costa Pereira

COORDENAÇÃO  
Gabriella Nair Noronha

**Revista Histórias Públicas**

EDITOR-CHEFE  
Gláuber Miranda Florindo

EQUIPE EDITORIAL  
Ana Paula Silva Santana  
Janaína de Almeida Teles  
Mauro Franco Neto  
Thiago Fidelis

BOLSISTAS E COLABORADORES  
João Paulo Ferreira  
João Paulo da Silva Candinho

REVISÃO GRAMATICAL  
A revisão gramatical e ortográfica é de responsabilidade dos(as) autores(as) dos textos.

DIAGRAMAÇÃO E CAPA  
Michele Caroline Luz

FOTO  
Arquivo Público do Estado de São Paulo

CONTATO

historiaspublicas@uemg.br

## **Conselho Científico**

Aline Rochedo - Povo Puri da Mantiqueira/Editora Pachamama  
Breno Mendes - Universidade Federal de Goiás  
Bruno Tadeu Salles - Universidade Federal de Ouro Preto  
Daniel Pinha - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Daniel Precioso - Universidade Estadual de Goiás  
Diego Omar Souza - Universidade Federal do Amazonas  
Elias José Palti - Universidade Nacional de Quilmes  
Evandro dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Francisco Gouvêa de Souza - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Gabriela Berthou de Almeida - Universidade Estadual do Piauí  
Géssica Guimarães Gaio - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Heloísa Helena de Jesus Paulo - Universidade do Porto  
José Maria Neto - Universidade de Pernambuco  
Keila Auxiliadora de Carvalho - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Leon Kaminski - Universidade do Estado de Minas Gerais  
Luciano Roza - Universidade Federal de Ouro Preto  
Marcelina das Graças Almeida - Universidade do Estado de Minas Gerais  
Marcelo Assunção - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Marco Antônio Machado Lima Pereira - Universidade Federal do Maranhão  
Mateus Pereira - Universidade Federal de Ouro Preto  
Patrício Batsikama Mampuya Cipriano - Instituto Superior Politécnico  
Tocoísta Pedro João Uetela - Instituto Superior Maria Mãe África  
Rafael Dias de Castro - Universidade Estadual de Montes Claros  
Regina Aida Crespo - Universidade Autônoma do México  
Renan Marques Birro - Universidade de Pernambuco  
Rogéria Cristina Alves - Universidade do Estado de Minas Gerais  
Sérgio Campos Matos - Universidade de Lisboa  
Sônia Meneses - Universidade Regional do Cariri

### **Pareceristas desse número**

Alexsandro de Sousa e Silva (UEMG)  
Ana Paula Palamartchuk (UFAL)  
André Luiz dos Santos Vargas (IFG)  
Antonio de Padua Fernandes Bueno (IEVE)  
Bruno Boti Bernardi (UFGD)  
Bruno de Almeida Gambert (UEMG)  
Carlos Eduardo Souza de Carvalho (UFMT)  
Êça Pereira da Silva (UFT)  
Edson Luis de Almeida Teles (UNIFESP)  
Elizabeth Cancelli (USP)  
Flaviano Bugatti Isolan (UERJ)  
Francisco Carlos Palomares Martinho (USP)  
Geny Brillas Tomanik (PUC/SP)  
Guilherme Bianchi Moreira (UFOP)  
Igor Lemos Moreira (UDESC)  
Jeferson Martins de Castro (FIOCRUZ)  
João Batista Abreu Júnior (UFF)  
Jorge Christian Fernandez (UFMS)  
José Wilson Assis Neves Júnior (UEL)  
Jussaramar da Silva (Prefeitura de Juiz de Fora/MG)  
Leandro Ribeiro de Lacerda (FACHA)  
Lícia Rebelo de Oliveira Matos (CECIERJ)  
Maria Margarida Cintra Nepomuceno (CESA)  
Natália Bolfarini Tognoli (UFF)  
Pamela de Almeida Resende (MRSP)  
Rodrigo Corrêa Martins Machado (UFOP)  
Rodrigo Henrique Ferreira da Silva (UFOP)  
Vanessa Dorneles Schinke (UNIPAMPA)  
Victor Augusto Ramos Missiato (IPM)

## Sumário

Editorial .....	07
Apresentação do Dossiê.....	09
Apagamento, negacionismo e necropolítica: sobre a continuidade da empresa colonial <i>Márcio Seligmann-Silva</i> .....	18
Inscribir el duelo en la desaparición: las políticas de asistencia a víctimas-testigos como nuevo paradigma de la reparación simbólica <i>Fabiana Rousseaux</i> .....	45
A geração dos netos da guerra na Espanha: história, memória e conflito geracional <i>Victor de Oliveira Pinto Coelho</i> .....	76
Relecturas, reactivaciones y creaciones. Usos de archivo y gestos de montaje en el documental contemporáneo <i>Cecília Nuria Gil Mariño</i> .....	100
Disputas discursivas na imprensa chilena durante o governo Allende até o golpe militar de 1973 <i>Felipe Basso</i> .....	122
Na Mira do SNI: o Serviço Nacional de Informações e seu sistema de vigilância e repressão aos parlamentares paraibanos <i>Josenildo Marques da Silva</i> .....	146
História em vigília: A Revolução dos Cravos em Os Memoráveis, de Lídia Jorge <i>Karina Frez Cursino</i> .....	169
Put a comunista: o duplo caráter da tortura feminina no regime militar brasileiro <i>Leonardo Luiz Pereira de Paula</i> <i>Livia Pizzi Silveira</i> .....	192
Distensão em rédeas curtas: as páginas censuradas do jornal O Estado de S. Paulo no início do governo Geisel <i>Gabriel Nascimento</i> .....	209
Dez anos da Comissão Nacional da Verdade e as comissões da verdade locais no Brasil: parcerias e ações para o acesso aos arquivos <i>Georgete Medleg Rodrigues</i> <i>Mônica Tenaglia</i> .....	232
Resenha	

Panoramas globais sob o espectro das desigualdades <i>Daniel Magno Peixoto Souza</i> .....	252
Entrevista – Anelize Vergara <i>Renan Rivaben Pereira</i> .....	260

## Editorial

Em seu primeiro número, a revista *Histórias Públicas* já expõe o tipo de reflexão que procurará abrigar por muitos outros números. Os textos que aparecem neste primeiro dossiê, intitulado “Ditadura e Autoritarismo: necropolítica, negacionismo, arquivos e usos do passado”, nos levam a considerar questões tais como a formação de um pensamento crítico na sociedade, que valorizem a participação popular, que enfrente o negacionismo e que permita, sobretudo, o direito à História.

A chamada História Pública tem crescido nos últimos anos e demonstrado grande potencial. Para além de se conformar como um campo de investigação, configura-se, principalmente, como práticas de divulgação da historiografia produzida dentro e fora das universidades e de diálogo com uma comunidade mais ampla, visto que o conhecimento histórico circula tanto por canais formais quanto não formais. As experiências com História Pública se dão tanto em espaços tradicionais, como museus e escolas, quanto nos novos meios digitais e redes sociais.

Além disso, a História Pública aborda um dos principais desafios, se não o principal, da escrita e do ensino de História: o problema da comunicação social na atualidade, ou seja, a História Pública pensa a atuação e o papel do historiador na sociedade contemporânea. Indaga, entre outras coisas, como se dá o debate público em torno do passado, sobre a história e sobre a memória, buscando não só entender, mas desenvolver novas formas de intervenção dos historiadores no debate público, relacionado a História.

Assim, mais do que um periódico voltado estritamente para uma subárea da História, a revista *Histórias Públicas* tem como finalidade discutir o caráter público, performático e sob disputa do conhecimento histórico. Os temas que interessam o periódico são patrimônio, memória (social, local, regional, nacional, traumas), identidades (políticas, de gênero, étnico-raciais e culturais), temas sensíveis (ditaduras e escravidão), ensino de História, História oral entre outros compromissos da História pública com o lugar do conhecimento histórico na sociedade. Neste sentido, também nas próximas edições serão bem-vindos trabalhos que discutam formas de intervenção dos historiadores no debate público em relação ao tempo e à história, assim como trabalhos que apresentem experiências sobre diversas formas de comunicar a história – exposições,

mostras, debates nas redes sociais, podcasts, blogs, documentários, canais em plataformas virtuais etc. e trabalhos que pensam, nesse sentido, o ensino de História, na sala de aula e para além dela.

Não poderíamos deixar de agradecer ao conselho editorial da revista que trabalhou para tornar essa primeira edição possível: Glauber Miranda Florindo (editor-chefe), Ana Paula Silva Santana, Janaína de Almeida Teles, Mauro Franco Neto e Thiago Fidelis. Agradecemos ainda aos bolsistas João Paulo Candinho e João Paulo Ferreira, além, é claro, de todos os pareceristas que colaboraram de maneira direta para a qualidade da edição atual. Às professoras Janaína de Almeida Teles (UEMG), Beatriz Kushnir (UNIRio), Stella Segado (TeCMe - Argentina) e todos os autores e autoras presentes neste número, nossos agradecimentos pelo dossiê que, além de dialogar diretamente com a proposta da revista, traz uma enorme contribuição ao campo historiográfico no que diz respeito ao enfrentamento dos autoritarismos políticos e suas várias dimensões: a tortura, o negacionismo, mas também a resistência e as disputas pelos sentidos históricos.

Equipe Editorial  
Revista Histórias Públicas



## **Apresentação do Dossiê**

### **Ditadura e Autoritarismo: necropolítica, negacionismo, arquivos e usos do passado**

**Organizadoras:**

Janaína de A. Teles (UEMG)

Beatriz Kushnir (UNIRio e UFOP)

Stella Segado (TeCMe)

Este dossiê objetiva ampliar as análises e críticas do nosso tempo, no qual os grandes deslocamentos populacionais e a globalização, sob a égide do militarismo e do capital, tal como afirma Achille Mbembe, vêm impondo retrocessos significativos às experiências democráticas ao redor do mundo. Neste contexto, ganha particular interesse a recente regressão política observada no Brasil e em grande parte da América Latina. Sendo estes espaços, nosso ponto de partida para as reflexões sugeridas. Por outro lado, a violência vivenciada nas democracias, caracterizadas por fundas raízes autoritárias, sobretudo, em nossa região, não é nova e exige atenção, tendo em vista que estão impregnadas pelos legados do autoritarismo e do racismo. A matriz histórica da democracia moderna, com efeito, sustentou-se na ordem imperial-colonial e na escravidão, cujos ecos se fazem sentir na atualidade.

Desde a perspectiva da História do Tempo Presente, sublinhamos que as tiranias do século XX revelaram catástrofes e repetições traumáticas da violência, além de formas e proporções inéditas de controle da memória social. Na América Latina, por exemplo, além do legado da escravidão e do genocídio indígena, a onda autoritária que tomou conta da região desde os anos 1960 deixou como herança milhares de vítimas de desaparecimento forçado, transformando o luto e o lembrar em um problema sem fim. No Brasil, em especial, os familiares das vítimas fatais da ditadura militar ainda enfrentam

muitos obstáculos para encontrar e identificar os remanescentes ósseos de seus parentes, ter acesso às informações sobre as circunstâncias das mortes, e punir os responsáveis por esses crimes de lesa-humanidade.

Em contrapartida, a emergência da memória figurou entre as principais implicações e repercussões políticas e culturais das guerras e ditaduras da história recente. *A era do testemunho*, cuja ressonância é constantemente ameaçada pela atuação estatal – a qual busca apagar seus crimes e reescrever o passado –, impôs uma reconfiguração da temática da memória, do papel dos vitimados e do testemunho. Desde a “virada subjetiva”, muitas das formas instituídas de memória social tomaram como preocupação central o registro e a evocação desses crimes e seus sobreviventes, gerando controvérsias e disputas a respeito de enfoques nacionais e políticos que legitimam histórias construídas pelo ou sobre o Estado, mas também sobre a relação entre memória e história e a escrita de uma história “a contrapelo”, que desafie as generalizações de cunho iluminista e eurocêntrica, tal como ressaltado por Walter Benjamin.

A questão do direito ao luto, e a desigualdade de acesso a ele, é um tema político fundamental desde Antígona. Atualmente, tornou-se mais dramático com o advento da necropolítica, quando a administração da morte pelo Estado ou a pandemia do novo Coronavírus estão na ordem do dia. Autoras/es como Judith Butler questionaram a vergonha com que se cobriu os mortos das epidemias de AIDS, assim como o ocultamento dos cadáveres da “guerra contra o terror” dos EUA, após 11 de setembro de 2001. A decisão sobre quais pessoas são dignas de luto é política, orquestrada pelo Estado, com o objetivo de obter maior controle social. Esta reflexão pode ser estendida às milhares de vítimas da escravidão, do genocídio indígena ou aos crimes de lesa-humanidade cometidos pelas ditaduras de Segurança Nacional na América Latina, que impuseram a censura e o desaparecimento forçado, a fim de evitar a comoção pública por aqueles considerados “inimigos do Estado” ou “outros”, passíveis de serem subjugados e exterminados. Esta “outrificação”, dispositivo de poder que exerce um papel central desde o período colonial, continua a ressoar repetidamente na atualidade, exigindo dos cientistas sociais e ativistas uma análise mais detida sobre este fenômeno.

Desde essa perspectiva, convidamos a/os autora/es e leitoras/es a compartilharem conosco essa abordagem transversal da temática proposta, partindo-se da premissa de que

as fronteiras entre a memória e a história, entre o tempo próximo e o distante ou entre as ciências humanas estão abertas e em constante movimento como a própria história e a historiografia, tal como observou Henry Rousso. Uma premissa que coloca em questão as pretensões da representação objetificadora da história e seus limites, a responsabilidade individual e coletiva, as manipulações da “memória obrigada” e das “comemorações” na sua relação ideológica com o discurso do poder, conforme assinalado por Paul Ricoeur.

Propomos, desse modo, compartilhar reflexões que estabeleçam um diálogo que nos aproximem de uma história decolonial e sua multiplicidade de enfoques e temas de estudo. A proposta é fazer circular ponderações que articulem e transmitam essas experiências e a construção dessas memórias, fundamentais para a edificação de um referencial crítico a respeito da história do tempo presente e da história pública. Nesse sentido, vale ressaltar o convite para estabelecer o debate a respeito da história pública, a fim de pensarmos suas contribuições e potencialidades para as práticas historiográficas, a educação histórica e suas relações com o tempo presente. Este é um chamamento ao diálogo com o público mais amplo, não restrito ao universo acadêmico ou educacional.

A circulação veloz de informações tem facilitado a produção e o acesso ao conhecimento histórico, mas, com frequência, transforma os sujeitos em espectadores, clientes e consumidores de “produtos históricos”. Com efeito, o século XX foi marcado por um fenômeno característico da modernidade que estabeleceu um *processo de reificação do passado*, fazendo com que, particularmente, a memória fosse, em larga escala, institucionalizada, ordenada, transformada em espetáculo, ritualizada e se tornasse um objeto de consumo, estetizado, neutralizado e rentável (TRAVERSO, 2007, p.68).

Não raro, esse tipo de abordagem tem se caracterizado pela exaltação da nação, por reafirmar e reiterar uma “imaginada” identidade nacional, que em geral não respeita a diferença e o “outro”, e pouco questiona nossas percepções sobre esta suposta identidade. Não por acaso, a ditadura militar – e, antes dela, a ditadura do Estado Novo – , empenhou-se na disseminação do mito da democracia racial como elemento central da identidade do país e como ideologia de dominação, conforme ressaltou Ynaê Lopes dos Santos. A ditadura militar estabeleceu um novo pacto entre as oligarquias políticas, a fim de manter as velhas engrenagens racistas no país.

Esta nova configuração histórica levou à intensificação da violência policial, sobretudo, quando a Polícia Militar (PM) se torna uma força auxiliar e de reserva do Exército, em julho de 1969, estabelecendo amplo controle sobre o Estado e a sociedade. Nesse contexto de reorganização e de transformações nas polícias e nos “Esquadrões da Morte” (HUGGINS, 1998), a repressão se estendeu sobre diversos grupos sociais, notadamente, a população negra e marginalizada das favelas. Verifica-se, então, o espraiamento ideológico e institucional dos militares no aparato estatal: as PM assumiram funções não apenas no policiamento ostensivo, mas também na guarda interna e na administração de instituições totais e órgãos públicos (TELES, 2020, p.269-272).

É digno de nota que, durante a ditadura militar, centenas de camponeses e indígenas foram assassinados ou foram vítimas de desaparecimento forçado em meio às disputas pela propriedade da terra no país. Estimativas conservadoras informam que ao menos 1.196 camponeses e 8.350 indígenas (dados que envolvem apenas 10 nações dos povos originários) morreram vítimas da ação, direta ou indireta, do Estado brasileiro nesse período (CNV, 2014, Vol.2).

Os anos 1960, com efeito, experimentaram grande efervescência política no que diz respeito às questões raciais, sobretudo, negra, impulsionada pelo processo de independência dos países africanos. Este contexto levou ao reconhecimento e à legitimação da pertença racial, considerados pilares da luta anticolonial e antirracista. Este panorama estava no horizonte de preocupações dos dirigentes da ditadura no Brasil, tendo em vista que os processos de independência da Jamaica e de Trinidad Tobago se tornaram um referencial do questionamento da ordem colonial racista na América Latina. Estas lutas ganharam o mundo, com destaque para a intensificação das lutas pela defesa dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, entrelaçando-se com os embates anti-imperialistas e o debate a respeito da efetivação dos direitos humanos (SANTOS, 2022, p.238-39).

Não por acaso, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) está ancorada na concepção biológica, expansionista e imperialista do Estado difundida pela geopolítica e as teorias racistas do pangermanismo do final do século XIX, recuperadas pelo nazismo. De acordo com esta concepção, o Estado seria um organismo que necessita de espaço e expansão como um ser biológico, retomando a teoria do “espaço vital” de H. G. von

Treitschke. Esta teoria obedecia ao imperativo de estender o espaço do domínio europeu por meio da colonização, segundo a qual a nação é considerada como um todo único dotado de uma única vontade, onde os conflitos políticos e sociais desaparecem (COMBLIN, 1978, p. 25-27). Dessas concepções derivaram os lemas “Deutschland über alles”<sup>1</sup> e “America first”, sendo que este último ganhou notoriedade novamente na atualidade, assinalando a relevância de aprofundar as reflexões sobre os temas propostos no presente Dossiê.

Desde esta perspectiva, os trabalhos monográficos inéditos apresentados aqui resultam do convite dirigido à realização de análises comparativas, cujo enfoque mira as múltiplas relações e influências das várias formas de ditadura, autoritarismo e colonialismo, assim como as distintas resistências experimentadas no espaço latino-americano, entre outros, em contextos autoritários.

Iniciamos este Dossiê com o texto *Apagamento, negacionismo e necropolítica: sobre a continuidade da empresa colonial*, de Márcio Seligmann-Silva, no qual o autor traça um panorama sobre os usos da violência na formação da sociedade brasileira e suas repercussões, a fim de estabelecer a desconstrução dos padrões tradicionais da chamada cultura nacional. O autor desloca a análise da base eurocêntrica e hegemônica da história do Brasil para uma visão mais ampla, que considera a “virada imagética” observada no século XX, a fim de entender os diversos aspectos e fatores relacionados às políticas de violência impostas ao país desde o início de sua colonização pelos portugueses.

Em seguida, o artigo *Inscribir el duelo en la desaparición: las políticas de asistencia a víctimas-testigos como nuevo paradigma de la reparación simbólica*, de Fabiana Rousseaux, apresenta um estudo acerca das políticas públicas instituídas pelo Estado referentes à saúde mental dos vitimados e sobreviventes da última ditadura militar na Argentina, que testemunharam sobre os crimes cometidos pelo governo durante o

---

<sup>1</sup> Recorde-se que a letra da *Deutschlandlied*, a qual apresenta esta frase na primeira estrofe, foi escrita em 1841, pelo professor August von Fallersleben, sobre a melodia do “Quarteto do Imperador”, de Joseph Haydn. Fallersleben era partidário da unificação alemã, em um momento que o país estava fragmentado em pequenas monarquias e cidades-estados. Após a unificação da Alemanha, a composição foi ignorada, mas acabou por se tornar uma referência para os alemães. Com o advento da República de Weimar, o presidente, Friedrich Ebert, decide, em 1922, transformar a *Deutschlandlied* em hino nacional. Durante o III Reich, a primeira estrofe da letra da canção foi usada como hino nacional, ao lado do hino do Partido Nacional Socialista, proibido na Alemanha da atualidade. Em 1952, durante o período de desnazificação, o chanceler Konrad Adenauer reconheceu *Deutschlandlied* como hino nacional da Alemanha Ocidental, desde que se cantasse apenas a sua terceira estrofe nas cerimônias oficiais.

período ditatorial. Suas ações e depoimentos buscaram (e ainda buscam), por meio da expressão da dor e da memória, reparação e justiça para as vítimas dos inúmeros crimes cometidos, particularmente, entre os anos de 1976 e 1983.

No âmbito do debate sobre a memória de períodos ditatorial, mas em outra perspectiva, o texto *A geração de netos da guerra na Espanha: história, memória e conflito geracional*, de Victor Coelho, apresenta a discussão estabelecida em torno da geração de netos de combatentes e desaparecidos da ditadura espanhola, levando em conta o contexto atual da Espanha e sua relação com os desdobramentos do período em que Franco esteve à frente do Estado ibérico, problematizando esses acontecimentos, a partir da perspectiva do grupo destacado no título, abordando ainda possíveis soluções e reparações para a geração estudada.

Deslocando e ampliando o espaço temporal para a relação entre Portugal e suas colônias africanas, o texto *Relecturas, reactivaciones y creaciones. Usos de archivo y gestos de montaje en el documental contemporáneo sobre el periodo colonial portugués en África*, de Cecília Nuria Gil Mariño, apresenta uma análise sobre o acervo de filmes dos arquivos referentes ao período destacado, que problematizam, entre outras coisas, a ausência da violência nesses locais, os quais enfatizam as relações cordiais e a ausência de conflitos nas colônias portuguesas em África. A autora assinala que esses filmes buscam construir uma imagem positiva da experiência colonial estudada, que teria sido benéfica tanto para os portugueses quanto para as colônias africanas, estabelecendo a representação de um passado colonial pacífico. Visão que, de acordo com Mariño, passaria longe da história verificada da atuação do governo português naquele contexto.

O artigo *Disputas discursivas na imprensa chilena durante o governo Allende até o golpe militar de 1973*, de Felipe Basso, analisa a disputa estabelecida entre os discursos construídos na imprensa chilena durante o governo de Salvador Allende, levando em conta as principais publicações do período que, contra ou a favor do mandatário socialista, utilizaram diversas estratégias ligadas à indústria cultural para convencerem seus leitores de suas visões e influenciarem acontecimentos políticos centrais no país. De acordo com o autor, essa disputa se constituiu em um dos fatores mais relevantes para compreender o violento final do mandato de Allende, morto durante o golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet.



A análise contida no artigo *O Serviço Nacional de Informações e seu sistema de vigilância e repressão aos parlamentares paraibanos*, de Josenildo Marques da Silva, analisa o período inicial da ditadura militar, partindo da trajetória de parlamentares ligados à ARENA, da seção da Paraíba, que foram alvo de investigação dos governos militares, mas conseguiram manter-se em seus cargos. Desde esse percurso, o foco central desse trabalho está direcionado à análise do Serviço Nacional de Informações (SNI), o principal órgão de busca e organização de informações sobre pessoas, consideradas potenciais inimigas por parte do governo nesse período.

O texto *História em vigília: A Revolução dos Cravos em Os Memoráveis*, de Lídia Jorge, escrito por Karina Frez Cursino, faz uma incursão pela Revolução dos Cravos, a partir do romance *Os Memoráveis*, da escritora portuguesa Lídia Jorge, que utiliza vários recursos literários para, a partir da ficção, construir um mosaico multifacetado para melhor compreender o processo histórico que levou aos arranjos políticos e ao fim do *Estado Novo*. Sua análise parte da perspectiva de uma obra histórico-ficcional, gênero bastante comum e com grande apelo editorial no país lusitano.

Já o artigo *Putá e comunista: O duplo caráter da tortura feminina no regime militar brasileiro*, de Leonardo de Paula e Lívia Pizzi, lança luz sobre os horrores das violências cometidas, particularmente, contra as mulheres durante a ditadura militar no Brasil. O texto parte da premissa que existiram aspectos específicos da tortura praticada contra esse gênero, tais como os abusos sexuais, as ameaças contra seus familiares e a inferiorização dos corpos femininos, retratando como as bases patriarcais se fizeram largamente presentes nos locais destinados aos órgãos repressivos do Estado nos quais diversas mulheres foram torturadas e mortas nesse contexto.

Ainda no contexto da ditadura militar no Brasil, o artigo *Distensão em rédeas curtas: as páginas censuradas do jornal O Estado de S. Paulo no início do governo Geisel*, de Gabriel Nascimento, analisa a relação existente entre o jornal *O Estado de S. Paulo* e o governo do general Ernesto Geisel, em meados da década de 1970, indicando as aproximações e distensões verificadas entre ambos. A publicação paulista, uma das principais defensoras do golpe de Estado de 1964, ao tecer críticas aos primeiros anos dos governos militares, acabou por sofrer intervenções da censura. O jornal acaba por estabelecer um panorama em suas páginas que, embora crítico (na medida em que era

permitido ou não percebido), indicava aspectos de convergência com o governo, constituindo um processo de aproximação com o *status quo*, mesmo que de maneira conflituosa em alguns casos.

Para encerrar o dossiê desta primeira edição, apresentamos o texto *Dez anos da Comissão Nacional da Verdade e as comissões da verdade locais no Brasil: parcerias e ações para o acesso aos arquivos*, de Mônica Tenaglia e Georgete Medleg Rodrigues, o qual estabelece uma análise a respeito de parte da documentação referente à Comissão Nacional da Verdade, instaurada no Brasil entre 2012 e 2014, com vistas a realizar um mapeamento mais eficaz das violências cometidas pelos governos que administraram o Estado brasileiro, particularmente, os do período da ditadura militar. O levantamento feito indica diversas possibilidades de utilização da documentação produzida ou custodiada pela CNV, tanto em aulas quanto em pesquisas no campo da História. O inventário se volta, sobretudo, para as temáticas relacionadas aos direitos humanos e às inúmeras violências cometidas pelo Estado durante período ditatorial.

Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de prestar uma homenagem à historiadora e professora Ana Paula Palamartchuk (UFAL), que nos deixou de forma inesperada e precoce no último dia 24 de março de 2023. Paula era mestre e doutora em História pela Unicamp e teve sua produção acadêmica, assim como sua vida, marcadas pela ousadia nas abordagens e escolhas de temas de pesquisa. Neste volume pudemos contar com sua colaboração e generosidade como parecerista. Sua partida deixa um grande vácuo.

### **Referências Bibliográficas:**

- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. Edição crítica. Organização e tradução de Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda, 2020.
- BUTLER, Judith. *O clamor de Antígona*. Florianópolis: Edufsc, 2014.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- CNV, 2014, Vol.2.
- HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo, Cortez, 1998.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI\_5 à Constituição de 1988*. 2ª. ed., São Paulo, Boitempo, 2012.



- KUSHNIR, Beatriz. (org). *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro, Imago, 2002.
- KÖSSLING, Karin. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do Deops/Sp (1964-1983)*. Dissertação de Mestrado em História – FFLCH-USP. São Paulo, 2007.
- MAUAD, Ana M.; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo, Letra e Voz, 2016.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo, N-1 Edições, 2021.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa, Antígona, 2017.
- RICOEUR, Paul. *A História, a memória, o esquecimento*. Campinas: Edunicamp, 2007.
- ROUSSEAU, Fabiana. *Sancionar el Duelo. Desaparición, Duelo y Impunidad. El Caso Argentino*. Disponível em: <http://www.herrereros.com.ar/melanco/rousseau.htm>. Acesso em: 12 de julho de 2021.
- ROUSSO, Henry. *A última Catástrofe: a História, o Presente, o Contemporâneo*. Rio de Janeiro, FGV, 2016.
- SANTOS, Flávia M. “O morto no lugar dos mortos: classificações, sistemas de controle e necropolítica no Rio de Janeiro”. In: *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p.91, jan./jun. 2018.
- SANTOS, Flávia M. e HATTORI, Márcia. “Dispositivos Estatais e Construção Social dos Mortos: apresentação do Dossiê”. In: *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.188-199, jul./dez. 2020.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.
- SEGADO, Stella; ROUSSEAU, Fabiana (comps.). *Territorios, escrituras y destinos de la memoria*. Diálogo interdisciplinario abierto. Buenos Aires, Trenenmovimiento, 2018.
- TELES, Janaina de A. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos dos presos políticos no Brasil*. Tese de Doutorado em História. São Paulo, História/FFLCH-USP, 2011.
- TELES, Janaina de A. “Eliminar ‘sem deixar vestígios’: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil”. In: *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, jul./dez. 2020.